



VILA REAL STº ANTONIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Vila Real, Portugal

ATA N.º 04/2017

Ao vigésimo sétimo dia do mês de abril do ano de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente **José Carlos Costa Barros**, Presidente da Assembleia Municipal, **Miguel Moreira da Costa**, Primeiro Secretário, **Alexandre Hermínio Drago Madeira**, Segundo Secretário, e os membros eleitos das Bancadas do PSD, PS, CDU e BLOCO DE ESQUERDA, nomeadamente **António Manuel Cipriano Cabrita**, **Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança**, **David Miguel Vasques da Silva**, **António José Cardoso Gomes**, **Maria Alexandra Martins do Livramento**, **Vítor Manuel de Figueiredo Fernandes Rosa**, **Armando José Parra da Silva**, **Jorge Manuel dos Santos Pinto**, **Maria da Conceição Freitas Henrique Granado**, **Nuno Miguel Dias Rufino**, **Manuel da Conceição António**, **José Roberto Leitão Guerreiro**, **Maria Luisa S. Currito de Oliveira e Castro**, **Rui João Gutierrez Setúbal**, **José Luis Páscoa**, **Rosa Maria Batista Ribeiro Cabrita**, **Joaquim Luis Pena Vasques**, **António Filipe Parra Martins**, **Vanda da Encarnação Matias Fernandes**, **Marco Aurélio Vilanova do Ó** e **José Manuel Camarada Veia**, e conforme Edital de 21 de abril de 2017, reuniu em sessão **ORDINÁRIA**, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.-----

ABERTURA DA SESSÃO: O 1º Secretário procedeu à chamada. No PSD registou-se a ausência de **Lara Sofia Vairinhos Rosa** que foi substituída por **Vítor Manuel de Figueiredo Fernandes Rosa** e de **Luís Miguel Guerreiro Romão**, substituído por **Nuno Miguel Dias Rufino**. Na bancada do BE, **José Manuel Camarada Veia** substituiu **José Manuel Modesto Dourado**, na bancada da CDU **Marco Aurélio Vilanova do Ó** substituiu **Luís Manuel Negrão Vargas** e na bancada do PS **Ricardo José Madeira Cipriano** foi substituído por **Rosa Maria Batista Ribeiro Cabrita**, **Luís Manuel da Rosa Fernandes** substituído por **Joaquim Luis Pena Vasques** e **Albertina da Piedade Fernandes Madeira** substituída por **José Luís Páscoa**.-----

substituído *Mano*
O Presidente da Assembleia Municipal deu início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** e informou os presentes que, na sequência da renúncia da deputada **Maria do Rosário Papafina Proença**, far-se-á a **eleição** do 1.º secretário na próxima sessão da Assembleia Municipal.-----

Rui João Gutierrez Setúbal perguntou se já existe resposta da Câmara Municipal ao requerimento por ele apresentado em 8 de setembro. -----

Interveio o **Presidente da Câmara Municipal** que entregou a **Rui Setúbal** parte de resposta ao referido requerimento.-----

Interveio de novo **Rui Setúbal** que perguntou qual a possibilidade de repor a legalidade do terreno que se encontra registado em nome da Vilaleaving na sequência de um protocolo estabelecido para a construção de uma unidade de cuidados continuados. Afirmou que o edifício do Hotel Guadiana, apesar dos investimentos feitos e passados dois anos ainda não se encontra registado em nome da SGU. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** afirmou que, relativamente às duas questões colocadas, o resultado depende da decisão do juiz, a primeira a Câmara Municipal já solicitou a reversão, e a segunda a SGU tem uma decisão do Tribunal a referir que tem a posse administrativa do terreno, restando o juiz atualizar os termos da caderneta predial. -----

Deu-se início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**. O **Presidente da Assembleia Municipal** informou da correspondência recebida e enviada por mail para os responsáveis de cada uma das bancadas. Do Grupo Parlamentar do PCP, projeto de resolução com o calendário para a instituição das Regiões Administrativas durante o ano de 2019 e do Grupo Parlamentar do PSD mail com a pergunta colocada ao Governo sobre os problemas no acesso a produtos de apoio no âmbito da ostomia. -----

Deu ainda conhecimento dos processos remetidos pela Câmara Municipal a esta Assembleia, documentos cujas cópias foram distribuídas pelas bancadas, nomeadamente: -----

- **INFORMAÇÃO SEMESTRAL DETALHADA SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA VRSA-SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA, EM SA;** -----

- **RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO ANO 2016 DA VRSA, SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA, EM SA;** -----

2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS N.ºs 4,5 e 6 /2016;-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a aprovação das Atas a votação, tendo as mesmas sido aprovadas por **UNANIMIDADE** dos presentes e com as abstenções dos deputados que não estiveram presentes nas respetivas reuniões. -----

ulm. aut. aut.

3. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2016 DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO; -- Presente a proposta Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 21 de abril, com os votos contra dos Vereadores Célia Paz, José Barão e Álvaro Leal. -----

Rui João Gutierrez Setúbal perguntou se o ROC está presente e se em caso afirmativo lhe poderá colocar alguma questão. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** informou que o mesmo não está presente mas que existe a possibilidade de pedir a presença do mesmo em reunião posterior. -----

Rui Setúbal disse que fará chegar à Mesa da Assembleia um pedido de esclarecimento relativo a algumas matérias. -----

A bancada do **PS** leu e entregou Declaração de Voto. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** interveio em defesa da honra, referindo o seguinte: *“As questões aqui colocadas foram evidentemente de ordem pessoal, não se tratando de uma leitura política a partir do momento em que o deputado Rui Setúbal refere que as contas foram maquilhadas. O deputado não foi correto visto não ter tido a coragem de colocar questões para eu poder responder. Existem da sua parte leituras enviesadas –quando diz que as dívidas à ADSE não foram pagas em tempo oportuno, deverá ver que no relatório consta que os valores estão completamente pagos. Nós, este ano, reduzimos a despesa, se conseguirmos consolidar as contas. O deputado gosta de colocar as questões de maneira a suscitar dúvidas. Quando os senhores eram poder branquearam situações graves em que a contabilidade não estava inscrita dentro do sistema contabilístico da Câmara Municipal e em que, segundo informação do ROC, 20 milhões de euros estavam metidos em caixotes”.* -----

Rui Setúbal usou também da palavra em defesa da honra afirmando não ter feito nenhuma observação pessoal e que os termos que utilizou estão longe de significar as conclusões tiradas pelo Presidente. Afirmou ainda que entre 2001 e 2005 não fez parte da Assembleia e que, por conseguinte, não tem nada a ver com as questões apontadas pelo Presidente. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com os votos contra das bancada do **PS**, da **CDU** e do **BE**.-----

4. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO CONTRATO-PROGRAMA DE GESTÃO DE ESPAÇO PÚBLICO DE MONTE GORDO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A VRSA SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA E.M. SA; - Presente a proposta da Vice-Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 21

Acusado

União

de abril, com as abstenções dos Vereadores Célia Paz e José Barão e o voto contra do Vereador Álvaro Leal. -----

Não se registaram intervenções.-----

A proposta foi aprovada por **MAIORIA** com as abstenções da bancada do **PS** e os votos contra da bancada da **CDU** e do **BE**. -----

5. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO URBANO PARA FIM NÃO HABITACIONAL COM PRAZO CERTO, ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, A VRSA SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA E.M. SA E O GRUPO PESTANA POUSADAS; - Presente a proposta da Vice-Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 21 de abril, com os votos contra dos Vereadores Célia Paz, José Barão e Álvaro Leal. -----

António Filipe Parra Martins afirmou que a CDU considera estranha a forma como estes pontos foram discutidos na última semana e surgiram todos na última reunião de câmara convocada com 48 horas de antecedência, sendo o tempo para análise das propostas insuficiente, não havendo uma informação prévia sobre o tema do arrendamento. Sublinhou que existem muitas dúvidas sobre a forma como o processo foi conduzido e que o mesmo compromete por muitas décadas a utilização destes imóveis pelos cidadãos. Perguntou se esta adjudicação direta a um grupo hoteleiro é juridicamente legal e se existe compatibilidade daquele espaço público com este tipo de equipamento. Referiu ainda que o Hotel Guadiana tem questões que continuam a suscitar dúvidas bem como os equipamentos que lhe estão associados. -----

Rui João Gutierrez Setúbal afirmou que o PS está de acordo com este tipo de aproveitamento de edifícios, propriedade do município, com a criação de postos de trabalho e com a reabilitação da zona histórica embora não concordem com a antecipação de 55 meses de renda. Informou que a sua bancada irá abster-se na votação porque este contrato refere-se ao arrendamento de um edifício que ainda não é propriedade da câmara municipal e porque existem cláusulas do mesmo que suscitam dúvidas. -----

Vítor Manuel de Figueiredo Fernandes Rosa disse não perceber o que se passa no concelho em relação aos hotéis, já que se levantam dúvidas atuais quando no passado não existiram os mesmos cuidados relativamente a um terreno, e acrescentou: "*Atualmente temos o Grupo Pestana, um grupo económico de qualidade, interessado em investir no concelho, o que significa também a criação de mais postos de trabalho. Não tenham preocupações com*

unus matias

saudosismos nem com o barulho porque as atividades económicas que se vão desenvolver vão-se adaptando às realidades”. -----

Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança realçou ter ficado estupefacto com as afirmações de **António Martins** porque vamos ter em breve na cidade uma multinacional que só vem engrandecer o concelho e que significa um investimento ao longo de décadas, e prosseguiu: *“As Pousadas do Grupo Pestana não são ruidosas e quando alguém quer criticar arranja cenários completamente mirabolantes para o fazer. Chegamos sempre à conclusão que todos são a favor do progresso, da criação de postos de trabalho e do investimento mas os senhores deputados da oposição votam sempre contra”*. -----

Vanda da Encarnação Matias Fernandes sublinhou que a posição da CDU relativa a este ponto foi no sentido de saber se estavam contempladas todas as condições para não acontecer o mesmo que aconteceu com o contrato anterior e não de forma a atacar o desenvolvimento do concelho, e acrescentou: *“Temos o dever de colocar as questões necessárias e quanto à titularidade dos edifícios pergunto se isto é um Contrato Programa entre a Câmara Municipal, a SGU e o Grupo Pestana”*. -----

José Manuel Camarada Veia interveio para tecer algumas considerações sobre o ponto 4, sendo interrompido pelo **Presidente da Assembleia Municipal** que o informou que aquele ponto já tinha sido discutido anteriormente. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** tomou a palavra para dizer que o arrendamento do prédio em questão ronda os 260 mil euros e referindo-se à intervenção da deputada **Vanda Fernandes** afirmou que enquanto membro da oposição que foi durante vários anos, aprendeu muito com o prof. Mário Sousa e sempre colocou questões pontuais, objetivas e legítimas. Sublinhou ainda que denota na oposição um desconhecimento da importância do Grupo Pestana em Portugal que inclusivamente tem um contrato com o Estado, e acrescentou: *“Vocês votam sempre contra, se têm dúvidas relativas aos processos, coloquem-nas de uma forma frontal. Tudo vale mais do que os interesses da própria terra, até dizer que o espaço público vai ser condicionado pela implementação das pousadas. Em 2004 o PS propôs a implementação de parquímetros e eu absteve-me por não haver um estudo de mobilidade, já a CDU mantém-se coerente a votar contra”*. -----

Vanda da Encarnação Matias Fernandes interveio em defesa da honra e afirmou que o **Presidente da Câmara** não responde às questões colocadas, limitando-se a atacar e ofender os deputados, e acrescentou: *“É uma falta de respeito o Sr. Presidente achar que os deputados são burros. Quando estamos certos daquilo que fazemos não atacamos,*

mult *Man*
respondemos objetivamente às questões que nos colocam". -----

Rui João Gutierrez Setúbal frisou que depois da explicação do Presidente ficou a perceber o porquê das 55 rendas adiantadas sendo que o valor total faz falta para proceder á aquisição do rádio previsto em contrato. Leu a cláusula 11 do contrato para esclarecer as dúvidas relativas à resolução do mesmo e afirmou que após estas explicações, o Partido Socialista que tinha pensado abster-se irá votar a favor. -----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com os votos contra das bancadas da **CDU** e do **BE**. -----

6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A VRSA-SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA E.M. SA PARA MANUTENÇÃO DE IMÓVEIS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO; -Presente a proposta da Vice-Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 21 de abril com as abstenções dos Vereadores Célia Paz e José Barão e o voto contra do Vereador Álvaro Leal. -----

António Filipe Parra Martins afirmou que a opinião da bancada da CDU não se alterou relativa a estas propostas, que por conseguinte irão votar contra porque consideram que esta não é a melhor gestão de operacionalidade mas que não estão contra a contratação de mais pessoal, e acrescentou: *"Nós consideramos que é necessário uma gestão anual de pessoal que permitisse fazer face às necessidades. Os contratos de inserção servem apenas para utilizar as pessoas que recebem o desemprego como vencimento e utilizá-las para ocupar um posto de trabalho. Desejamos que o Município, num futuro breve, venha a assumir outro tipo de princípio"*. -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com os votos contra das bancada da **CDU** e do **BE** e a abstenção da bancada do **PS**.-----

7. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE UM CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A JUNTA DE FREGUESIA DE VILA NOVA DE CACELA; -Presente a proposta da Vice-Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 21 de abril com o voto contra do Vereador Álvaro Leal.

Interveio Marco Aurélio Vilanova do Ó que disse que nesta alteração, a CDU acha que a delegação fica muito aquém das capacidades financeiras da junta. -----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com o voto contra da bancada do **BE**. -----

unm. Monte

8. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO REGIME JURÍDICO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS (RJSPTP) – CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – AMAL – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALGARVE; - Presente a proposta apresentada pelo Vereador João Rodrigues, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 14 de março com o voto contra do Vereador Álvaro Leal. -----

António Filipe Parra Martins referiu que a CDU entende que apesar de ter havido uma alteração no documento, o partido irá votar contra e questionou o pagamento da quota à AMAL que se encontra em dívida. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com os votos contra das bancada da CDU e do BE.-----

9. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DA CDU “SOLICITAÇÃO À ADMINISTRAÇÃO DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS DE REUNIÃO, COM DELEGAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, SOBRE O ENCERRAMENTO DA AGÊNCIA DE MONTE GORDO”; - Presente o documento enviado a esta Assembleia Municipal pela bancada da CDU e incluído na Ordem do Dia.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** sublinhou a importância da manutenção da agência da Caixa Geral de Depósitos em Monte Gordo para o tecido empresarial, para a população e para os visitantes. Disse ainda que o encerramento desta agência prejudicará a freguesia que há uns anos tem vindo a instalar valências e serviços em Monte Gordo, e acrescentou: *“Há uns anos tivemos uma tentativa de encerramento do serviço de saúde que se combateu logo. Não está também garantida a manutenção da estação dos correios. A população de Monte Gordo manifestou-se contra o encerramento daquele serviço e produziu um abaixo-assinado. Inclusivamente a Câmara Municipal já se pronunciou sobre este assunto e em todo o país podemos constatar que estas movimentações têm vindo a ocorrer. Pretendemos que seja constituída uma delegação da Assembleia Municipal que a represente e realize uma reunião com a administração”*. -----

António Filipe Parra Martins apresentou a Moção. -----

Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança considerou que na Moção falta a referência à gestão da Caixa Geral de Depósitos que tem sido praticada nos últimos anos e que sabemos quem foram as pessoas que geriram mal a CGD, a PT e o Banco Espírito Santo. -----

Vanda da Encarnação Matias Fernandes afirmou que os funcionários da CGD de Monte Gordo, na sua maioria, irão para Castro Marim e que está preocupada com a deslocação das pessoas mais idosas a outras agências. -----

Minister Amaro

José Manuel Camarada Veia frisou que irá votar favoravelmente e que se o deputado **Carlos Lança** fizesse uma moção com os nomes das pessoas que geriram mal a CGD, a PT e o Banco Espírito Santo, votaria também favoravelmente. -----

A bancada da **CDU** apresentou o documento e colocado a votação, o mesmo foi aprovado por **UNANIMIDADE**, pelo que cada bancada designará um elemento para fazer parte da Comissão. -----

A bancada do **PSD** leu e entregou Declaração de Voto. -----

10. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA MOÇÃO DA CDU "SAUDAÇÃO – 43º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO DE ABRIL"; -Presente o documento enviado a esta Assembleia Municipal pela bancada da CDU e incluído na Ordem do Dia. -----

Vanda da Encarnação Matias Fernandes apresentou a Moção. -----

António Filipe Parra Martins informou que, por lapso, aquando do envio da Moção, faltou incluir um parágrafo, do qual consta que após a aprovação da Moção, a mesma deverá ser enviada à Assembleia da República, aos Ministros, à Associação 25 de abril, ao Presidente da República, aos Grupos Parlamentares e aos órgãos de comunicação social. -----

Colocada a votação, a proposta **NÃO FOI APROVADA** com os votos contra da bancada do **PSD**. -----

A bancada do **PSD** leu e entregou Declaração de Voto. -----

11. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA MOÇÃO DA CDU "SAUDAÇÃO AO 1.º DE MAIO – DIA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES"; -Presente o documento enviado a esta Assembleia Municipal pela bancada da CDU e incluído na Ordem do Dia. -----

Marco Aurélio Vilanova do Ó apresentou a Moção. -----

A proposta foi aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

A bancada do **PSD** leu e entregou Declaração de Voto. -----

12. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE DISTINÇÃO HONORÍFICA A NUNO MIGUEL SERRANO ALMEIDA; -----

13. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE DISTINÇÃO HONORÍFICA A HUGO REINALDO SALVADOR CAVACO; -----

14. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE DISTINÇÃO HONORÍFICA A AMARO MANUEL ANTUNES; ---

15. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE DISTINÇÃO HONORÍFICA A JOSÉ EDUARDO HORTA CORREIA; -----

Votadas em conjunto, as propostas foram aprovadas por **UNANIMIDADE**.-----

16. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO. -----

Foi apreciado o Relatório do Presidente da Câmara Municipal. -----

Interveio **Rui João Gutierrez Setúbal** perguntou se já está contabilizado em orçamento a receita de concessão do espaço de estacionamento, uma vez que relativamente a 2016 não se verifica qualquer pagamento por parte da entidade. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que a autarquia está a negociar o acordo com a entidade exploradora, para além do que estava previsto em concurso e que foi inicialmente pago. -----

Passou-se ao período de intervenção do público registando-se as intervenções de **Manuel Cândido Nunes Mariano** e de **Alfredo Zarcos Graça**. -----

Manuel Cândido Nunes Mariano afirmou valorizar as pessoas que trabalham na Assembleia e na Câmara por saber que muitas vezes se despreza o trabalho dessas pessoas. No entanto, opinou que nesta Assembleia a votação não decorre da melhor forma porque todos devem levantar o braço sem exceção. Disse ainda considerar que deveria haver uma introdução sucinta do Relatório do Presidente da Câmara Municipal para que todos pudessem ter conhecimento do seu conteúdo. -----


O **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a sugestão e disse que a mesma poderá ser ponderada pelas bancadas. -----

Alfredo Zarcos Graça referiu ter sido Presidente de Câmara e que nessa altura todos os Vereadores tinham autonomia mas que quando chegava o período de eleições o executivo deixava de tomar decisões. Afirmou ainda que quem esteve na prisão antes do 25 de abril foram democratas na sua maioria do Partido Comunista Português e que por isso não concorda com o facto de alguns deputados terem votado contra a Moção do 25 de abril.

A Minuta da Ata foi lida em voz alta e colocada a votação, sendo a mesma aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

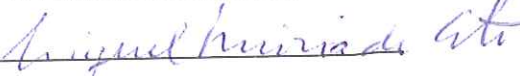
Não havendo mais nada a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão, pelas 23 horas e 20 minutos. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,


(José Carlos Costa Barros)



O Primeiro Secretário,


(Miguel Moreira da Costa)

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Declaração de voto

A bancada do Partido Socialista não pode deixar de votar contra a prestação de contas do exercício de 2016 porque não pode ser cúmplice de uma política errada, maquilhada por contas aparentemente saudáveis, mas que, uma análise comparativa e mais apurada, permite identificar as suas fragilidades e o quão falsa é a informação divulgada pelo executivo afirmando que o "município reduz dívida a fornecedores, aumenta património e diminui passivo".

Começamos pela redução de 8 milhões de euros no passivo e a redução de dívida a fornecedores. As contas hoje aqui aprovadas pela maioria PSD mostram que

- a) o passivo total consolidado é de 165,5 milhões, contra os 163,7 milhões em 2015, logo superior ~~em~~
- b) a redução da dívida a fornecedores ocorre, apenas e só, pela transferência da dívida de fornecedores para empréstimos por força da contratação do terceiro resgate financeiro ao município operado através do FAM – Fundo de Apoio Municipal e que transferiu para as gerações futuras o pagamento duma gestão despesista e irresponsável levada a cabo durante os últimos 11 anos

A máquina de propaganda vem depois afirmar que aumenta o património em 17 milhões de euros, um verdadeiro milagre!

Para desmontar tal afirmação basta ler o relatório de gestão, o anexo ao balanço ou o relatório do ROC. Este último refere, explicitamente:

"Durante o ano de 2016 o MVRSA procedeu ao levantamento exaustivo da rede de abastecimento de água residuais do concelho, registando na rubrica de bens do domínio público os activos não contabilizados que não se encontravam contabilizados em exercícios anteriores, situação que motivou um aumento líquido de 14.729 mil euros nos Fundos Próprios".

Eis a explicação para o ditoso aumento de património, 15 dos 17 milhões de euros resultam de uma avaliação dos esgotos desde há muito existentes e não de qualquer investimento!

Mas não é tudo, o mesmo relatório do ROC refere ainda que *"não dispõe de informação suficiente que permita concluir sobre a razoabilidade do referido aumento operado pelo executivo"*.

Insatisfeitos com tão boas notícias conseguem ainda, na referida nota à comunicação social, reivindicar aumento de proveitos, diminuição de prejuízos e uma poupança de 15 milhões nos últimos 5 anos devido à implementação de um plano de contingência, factos que, na propaganda oficial, demonstram que as contas do município estão saudáveis.

Para aferir a inverdade de tal afirmação basta voltar a ler o relatório de gestão, anexo ao balanço e relatório do ROC onde se pode confirmar que a dívida em mora (atraso) à Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações, ADSE e retenções de IRS efetuadas aos seus trabalhadores atinge os 820 mil euros sendo a dívida total de 1,3 milhões. E estes são, em boa

[Handwritten signature in blue ink]

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

parte, valores que foram retirados aos trabalhadores quando do pagamento dos respectivos salários.

A diminuição de prejuízos é conseguida graças a uma operação contabilística que permitiu contabilizar cerca de 4 milhões de euros na SGU entre indemnizações compensatórias a pagar pelo Município e trabalhos para a própria empresa. Trabalhos esses que, o relatório intercalar do ROC relativo ao 1º semestre de 2016, refere explicitamente *“que o apuramento do valor é efectuado através de documentos de suporte que não apresentam informação suficiente para poderem ser validados”* e que, no relatório referente ano, informa que *“mantêm a opinião anteriormente expressa”*.

Mesmo aceitando que tais manobras contabilísticas não tinham acontecido e o que o resultado líquido tinha realmente melhorado, importa analisar a sua evolução.

Recuemos a 2009, onde o prejuízo foi de 19,5 milhões, para podemos constatar que entre 2009 e 2016 sempre foram apresentados prejuízos, que a soma destes é superior a 65 milhões de euros e que os balanços têm sido corrigidos à custa da sobrevalorização do património e de operações contabilísticas.

Quanto à poupança de 15 milhões é um autentico mistério. O relatório de gestão da câmara permite verificar que, comparados com os 22,9 milhões de gastos em 2012 (ano de início do plano de redução), os gastos foram sempre superiores:

- a) 26,9 milhões em 2013
- b) 24,5 milhões em 2014
- c) 29,2 milhões em 2015
- d) 24,2 milhões em 2016

Tudo isto era mais do que suficiente para justificar o nosso voto, mas na leitura do relatório do ROC, encontramos outros dados preocupantes, nomeadamente em 2 ênfases.

O primeiro alertando para o facto de, mais uma vez, o limite de endividamento não cumprir o referido no artº 52º da Lei 73/2013, de 3 de Setembro.

O segundo chamando a atenção para o facto *“o nível de execução orçamental das despesas correntes acrescidas das amortizações médias dos empréstimos de MLP, revelam-se superiores às receitas correntes brutas cobradas não cumprindo o previsto no nº 2 do Artº 40º da Lei 73/2013, de 12 de Setembro e acrescenta que o facto da taxa de execução de receita ser inferior a 85% durante 2 anos consecutivos”* (tal como a bacada do PS tem alertado em sede de discussão do orçamento), *“despoletando o alerta precoce de desvios previsto no nº 3 do Artº 86 da mesma Lei”*.

Muitos mais exemplos poderíamos apresentar para desmontar a ficção montada em torno das contas do município e da SGU.

Infelizmente a realidade contrária, e muito, a propaganda. Os Vilarealenses terão de continuar a sofrer o saque fiscal de que têm vindo a ser vítimas desde há anos por culpa das políticas irresponsáveis do executivo PSD, saque que bem sentem no bolso pagando das taxas mais

[Handwritten signature in blue ink]

1. The first part of the text describes the general situation of the company and its financial performance. It mentions that the company has achieved a significant increase in revenue and profit over the last year, which is a positive sign for the shareholders.

2. The second part of the text discusses the company's strategic initiatives and how they have contributed to the overall growth. It highlights the company's focus on innovation and market expansion, which has led to the development of new products and the entry into new markets.

3. The third part of the text provides a detailed analysis of the company's financial statements, including the income statement, balance sheet, and cash flow statement. It explains the various line items and how they relate to the company's overall financial health. The analysis shows that the company has a strong financial position with a healthy cash flow and a solid balance sheet.

4. The fourth part of the text discusses the company's risk management strategies and how they have helped to mitigate potential risks. It mentions the company's use of hedging and other financial instruments to manage currency and interest rate risks.

5. The fifth part of the text provides a summary of the company's key performance indicators (KPIs) and how they have performed over the last year. It mentions that the company has achieved its targets for revenue, profit, and market share, which is a testament to the effectiveness of its strategic initiatives.

6. The sixth part of the text discusses the company's future outlook and its plans for the coming year. It mentions that the company expects continued growth and innovation, and it plans to invest in research and development to develop new products and services.

7. The seventh part of the text provides a conclusion and a summary of the key points discussed in the report. It reiterates the company's strong financial performance and its commitment to innovation and market expansion.

8. The eighth part of the text discusses the company's corporate governance and its commitment to ethical business practices. It mentions the company's adherence to various international standards and its commitment to transparency and accountability.

9. The ninth part of the text provides a final summary of the company's performance and its outlook for the future. It reiterates the company's strong financial position and its commitment to innovation and market expansion.

10. The tenth part of the text discusses the company's social and environmental responsibilities and its commitment to sustainable business practices. It mentions the company's various social and environmental initiatives and its commitment to reducing its carbon footprint and improving its social impact.

11. The eleventh part of the text provides a final summary of the company's performance and its outlook for the future. It reiterates the company's strong financial position and its commitment to innovation and market expansion.

12. The twelfth part of the text discusses the company's future plans and its commitment to long-term growth and success. It mentions the company's various strategic initiatives and its commitment to innovation and market expansion.



VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

elevadas que se praticam no país, as taxas máximas de IMI, a derrama de IRC e não devolução de qualquer percentagem do IRS.

Vila Real de Santo António, 27 de Abril de 2017

[Handwritten signature]
7m 1n 1- t- m
[Handwritten signature]
Fau
P. 71

[Handwritten signature]
P. 71
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Ponto 3

C. G. D.

1.

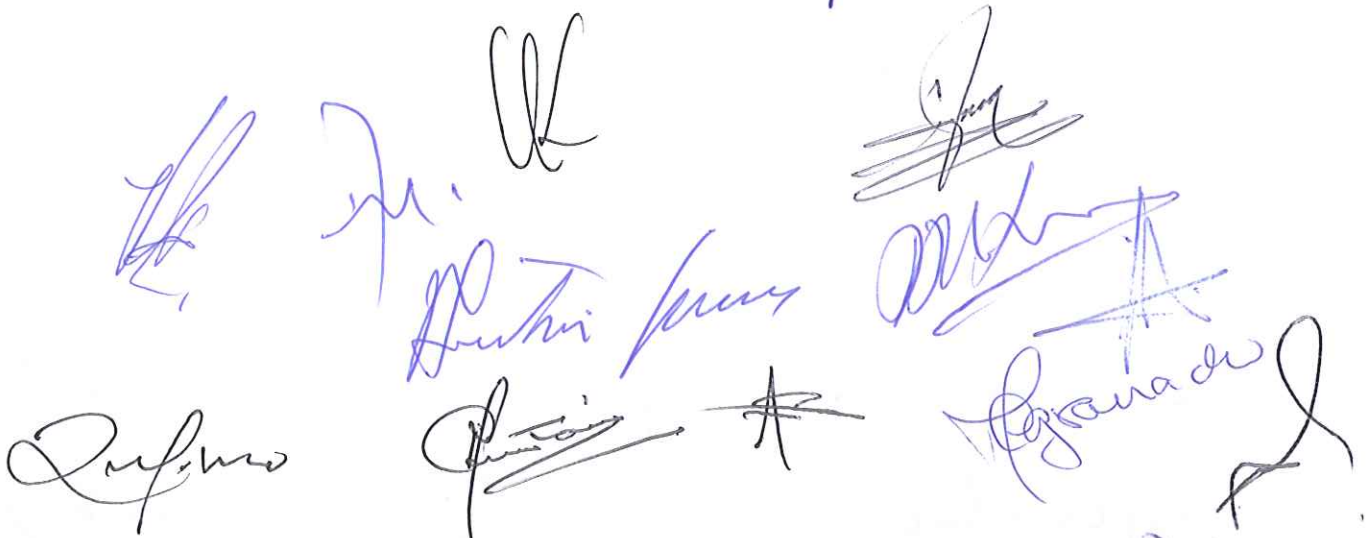
DECLARAÇÃO DE VOTO

Votamos a favor, por concordarmos
~~que~~ que se trata de uma
penalização grave ^{PART. 4} ~~da~~ popu-
lação de Monte Gordo.
E PARA VILA

Lamentamos, no entanto, que a
CDU — em articulação com
o PS e o B.E., que em con-
junto viabilizaram o actual
governo e lhe dão suporte
parlamentar —, não
aproveite a sua situação
privilegiada no actual
quadro político para,
junto do Governo,

Z.

lutar pela reversão
desta situação, e que,
de acordo com a
Proposta ^{DA PRESENTE MOÇÃO} da CDU, im-
plica ainda o
despejamento de
trabalhadores" e
que, a concretizar-
-se, "só bene-
ficiaria os interesses
da banca privada".



DECLARAÇÃO DE VOTO

Saudação

43º ANIVERSÁRIO DA
REVOLUÇÃO DE ABRIL

Votamos contra, por entendermos que o texto desta Saudação apresentada pela CDU não tem a ver com a celebração do 25 de Abril, mas com uma tentativa de rescrever a História recente.

Aliás, aproveitamos para recordar que os eleitores, ao contrário do que a CDU afirma, não derrotaram o governo do PSD/CDS; pelo contrário, a coligação PSD/CDS foi a mais votada, com 38%, tendo a CDU recebido 8%.

António Reis
Zufino
J. P.
LL
V. X.
J. J.
G. J.
G. J.
G. J.

CDU
Santini ao
1º de MAIO

DECLARAÇÃO DE VOTO

Não obstante não nos ~~revers~~
reversmos em alguns dos
enunciados ideológicos do
texto da CDU, votamos
a favor por concordarmos
com ~~a~~ proposta delibe-
rativa, nomeadamente
com os pontos 1. e 2.

 Rui Costa  Rui Costa  Rui Costa  Rui Costa  Rui Costa

1